

6 OUT 1985

Para Munhoz, crescer 8% gera mais confusão

HELVIAL RIOS
Da Editoria de Economia

O crescimento de cerca de 8% da economia brasileira previsto para este ano, a se registrar dentro do atual quadro de política econômica, é muito ruim, vindo a gerar grande confusão e impedindo que se vislumbre as reais dificuldades da economia do País. A ocorrer dentro das condições atuais, este crescimento econômico será enganoso, e limitado apenas a curto prazo.

As opiniões são do professor Décio Garcia Munhoz, da UnB, que faz também um alerta contra a trimestralidade e a escala móvel nos reajustes salariais. O atual Governo, segundo o professor Munhoz, está incorporando nos mesmos equívocos do passado.

A onda de trimestralidade surgiu no ano passado em São Paulo alastrando-se em seguida para outros pontos do País. Como a trimestralidade foi acompanhada por um sistema de controle de preços determinado pela SEAF (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços), impedindo assim que as empresas pudessem repassar integralmente os novos aumentos salariais concedidos na forma de adiantamentos ou de reajustes trimestrais. Esta política salarial acoplada ao controle de preços garantiu um aumento real da renda de algumas faixas de trabalhadores, notadamente aquelas organizadas em sindicatos mais fortes, o que ativou a demanda, levando as empresas, às voltas com considerável índice de ociosidade, a partirem para a redução desses índices, elevando sua produção. Este fator de crescimento econômico veio somar-se a um outro, também positivo, de crescimento das exportações.

Caso fosse possível manter indefinidamente este controle de preços, o nível de crescimento se sustentaria sem trazer consequências negativas para os preços. Entretanto — afirma Munhoz — isto não poderá ser feito porque numa economia de mercado nenhum controle de preços permanece por muito tempo.

Diante disto, o passo seguinte é exatamente o da ação empresarial na tentativa de recuperar o que foi perdido. Na medida em que as empresas consigam este objetivo, repassando o que foi concedido aos salários para os preços, haverá per-

didas de ganhos reais de salários, queda de demanda, redução da produção, e o processo se reverte. Mas esta reversão não faz com que a economia retorne ao ponto inicial, segundo Munhoz. E isto porque ao se propiciar ganhos reais de salários, privilegiou-se apenas os trabalhadores mais organizados, aqueles com sindicatos mais fortes.

Na hora de tomar o que perdeu de volta, as empresas repassam para os preços de um modo geral, e todos pagam a conta. O processo de reversão, neste modo — afirma Décio Munhoz — é perverso, alterando-se os perfis de renda e de demanda. Este último porque, ao lograrem aumentos reais de salários, as categorias mais fortes e até as de melhor nível de renda entre as demais, aquecem a demanda de praticamente todos os bens industriais. Ao reverter-se o processo pelo repasse para os preços, as empresas acabam pegando de volta as parcelas perdidas de todos os consumidores, indiscriminadamente. Ocorre, deste modo, que retiram o mesmo percentual de renda tanto de quem ganhou no processo anterior, como daquele que nada ganhou, em geral os trabalhadores mais desqualificados, menos organizados, plor remunerados — aqueles que não tiveram acesso aos adiantamentos salariais ou à trimestralidade. Assim, quem nada ganhou no processo passado acaba tendo maior perda de renda real. Isso faz com que a queda de consumo que se segue incida mais acentuadamente sobre os bens de salários (alimentos, roupas, calçados, etc.), agravando-se deste modo os problemas sociais, tornando-se mais agudos os focos de pobreza.

A maneira mais correta de promover a recuperação da renda real dos trabalhadores, segundo Décio Munhoz, seria através da redução da inflação. Reduzindo-se o ritmo de crescimento dos preços, o poder de compra dos salários melhora. E como reduzir este ritmo de crescimento dos preços? Basta — explica Munhoz — que se determinem perdas reais de rendas em qualquer um dos segmentos do mercado, como aluguéis, juros e salários, já que a inflação é apenas uma disputa ciclica pela renda. Atualmente, os principais segmentos disponíveis foram já bastante sacrificados, tendo apenas um único setor disponível, por haver acumulado ga-

nhos crescentes. Este setor é o financeiro. O único ajuste possível, neste modo, é via redução das taxas de juros. E o primeiro passo para isto seria a definição de uma nova política para o giro da dívida pública interna. Encontra-se ali — diz o professor da UnB — a grande alavancagem do crescimento econômico auto-sustentado.

Esta nova política do giro da dívida pública consiste em o governo instituir juros reais negativos para a rolagem dos seus papéis. Atualmente o Banco Central acha que está fazendo um grande negócio em reduzir os juros de 24 para 17% na rolagem dos títulos públicos. Mas na verdade, diz Décio Munhoz, está fazendo um péssimo negócio, porque poderia estar pagando juros reais negativos. Mas por um desses grandes equívocos, temem as autoridades monetárias não conseguirem colocar no mercado os títulos que precisam colocar. Este é um equívoco muito sério, segundo Munhoz. Bastaria pagar juros negativos na rolagem desses papéis, ou seja, apenas uma parte da correção monetária. O professor lembra que há 10 anos 40% dos ativos financeiros encontravam-se disponíveis na forma de depósitos à vista nos bancos, ou seja, com remuneração zero. Com a sistemática proposta de juros reais negativos, o governo estaria remunerando os tomadores em 60 por cento ou 80 por cento da correção monetária. Melhor do que não ganhar nada, como ocorria nos depósitos à vista. E porque o tomador, que hoje ganha 17 por cento, iria querer um título com apenas 60 ou 80% da correção monetária? Porque este dinheiro que está sendo diariamente aplicado no mercado, refere-se essencialmente a capital de giro. Trata-se do encaixe das empresas e das pessoas físicas. E um dinheiro que vai ficar disponível apenas por alguns dias. E não se teria outra opção que não a de aplicar em títulos do governo nestes dias de disponibilidade. O pagamento de juros reais positivos (correção mais uma taxa qualquer) ficaria preservada apenas para as aplicações de médio e longo prazos.

Mudando, deste modo, a forma de giro dos papéis do governo obter-se-ia a redução substancial dos juros e dos encargos financeiros governamentais. Haveria imediatamente uma economia brutal de recursos.